

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Conceito de Desporto

O Desporto, entendido como fenómeno social nos tempos modernos ou pós-modernos, teve as suas origens nos séculos XVIII e XIX, aquando da 1.^a revolução industrial, consequência da evolução das estruturas sociais nos campos da Educação, das Ciências, da Tecnologia e da Cultura da Grã-Bretanha, pátria do desporto moderno. Durante o século passado, o desporto varreu a face do planeta Terra. Proveniente das práticas lúdico-desportivas da sociedade agrícola, encontrou no paradigma industrial as condições propícias para o seu desenvolvimento. A cientificidade das regras, a standardização das táticas e do treino, são aspectos fundamentais que identificam o desporto com o industrialismo (Pires 2003).

De facto, o desporto, ao assumir a forma e a organização que hoje lhe conhecemos, tornou-se no maior fenómeno social do milénio.

Segundo Rui Garcia (2002) “ O tempo livre é uma das manifestações mais visíveis nesta transição secular”, ideia que é também corroborada por Bento (2004), afirmando que estamos “deixando uma sociedade onde grande parte da vida das pessoas adultas era dedicada ao trabalho e estamos caminhando em direcção a uma outra não mais fundada no trabalho, mas no tempo vago, na qual grande parte do tempo será e em grande parte do tempo será dedicada ao ócio criativo”. Com opinião semelhante, citamos Pires (2003), “ O tempo de trabalho e as oportunidades de emprego vão continuar a decrescer, pelo que as pessoas cada vez terão mais tempo livre.

O futuro apresenta-nos assim um desafio, e a organização social, ao contrário do que se verificava na sociedade industrial, terá de ser pensada, tendo em conta o tempo livre e não o tempo comprometido com o trabalho.

Segundo Pires (2003) “ a gestão do tempo de lazer através da cultura transforma-se numa questão crucial no quadro das preocupações sociais dos nossos dias”.

Assim, entendendo o lazer como uma das necessidades dos nossos tempos, e o desporto como uma das vertentes mais fortes da sociedade actual, os dois conceitos não podem deixar de se complementar num processo de desenvolvimento humano, que o

REVISÃO DA LITERATURA

mesmo autor refere como “ não apenas a satisfação das necessidades materiais do Homem, mas sobretudo, a melhoria das suas condições de vida e a sua contribuição para as suas aspirações em geral”.

Por outro lado, como refere Marivoet (2001), as transformações ocorridas na esfera produtiva vieram criar condições para que se efectivasse uma maior adesão às práticas desportivas. A maior sedentarização, assim como a urbanização crescente, criaram as condições para um anseio de uma actividade física, defendida por alguns médicos como importante contributo para o abaixamento da mortalidade nas sociedades.

Todos estes factores obrigaram à definição de políticas de promoção desportiva e à criação de condições para o acesso generalizado à prática desportiva a todos os escalões etários.

O movimento da cultura física já enraizado na sociedade, que foi inicialmente consagrado pelo Conselho da Europa como o movimento do Desporto para Todos, surge, segundo alguns autores, com a ruptura com a sociedade industrial mecanizada, e veio a dar origem à consagração da Carta Europeia do Desporto Para Todos que aprovada pelos ministros Europeus reunidos na 7.^a Conferência nos dias 14 e 15 de Maio de 1992 em Rhodes, define Desporto da seguinte maneira:

“ Entende-se por Desporto todas as formas de actividade física que, através de uma participação organizada ou não, têm por objectivo a expressão ou o melhoramento da condição física e psíquica, o desenvolvimento das relações melhoramento da condição física e psíquica, o desenvolvimento das relações sociais ou a obtenção de resultados na competição a todos os níveis”.

Na definição do conceito de desporto temos de atender a dois conjuntos de elementos: o primeiro conjunto, formado pelas capacidades naturais, as condições externas que nos elucidam sobre as acções desenvolvidas no desporto, e o segundo conjunto, valores intrínsecos do homem, o lúdico, rendimento e superação, que nos fornece pistas de alguns porquês e para quê. Do cruzamento destes dois conjuntos elementares, associado àquilo que a sociedade aceita como sendo valores do desporto, surge então, esta importante actividade.

Será ainda importante salientar que, nos tempos que vivemos, em plena globalização, o desporto e o praticante desportivo não se poderão alhear desta realidade,

REVISÃO DA LITERATURA

e, apesar da velocidade com que as notícias se espalham, e da facilidade de importação de novos valores, cabe também aqui, e com toda a legitimidade, considerar a cultura local como um bem a preservar e não algo a trocar por outras práticas. Refira-se apenas os jogos tradicionais, que dão carácter a diferentes povos e culturas, e são um bem a preservar e a necessitar de um aprofundamento dos seus significados.

O desporto pode também ser definido, segundo Marivoet (1998) “ como um sistema institucionalizado de práticas competitivas, com dominante física, delimitadas, codificadas, regulamentadas convencionalmente, cujo objectivo é apurar o melhor concorrente, ou registar a melhor performance”.

Em Portugal, até ao 25 de Abril, o conceito de desporto assentou em dois pontos fundamentais, que se podiam traduzir, por um lado, pela tentativa do poder político dominar o desporto, tentando implementar a sua ideologia nos jovens, e por outro lado, pelo desacordo verificado por parte dos profissionais, em desacordo com os processos adoptados pelo Estado Novo. No entanto, os anos 80 trazem alterações significativas. Alteram-se os entendimentos, os sentidos e as motivações para a prática do desporto (Serôdio, 2001).

Vários autores têm identificado os benefícios que advêm da prática desportiva, nomeadamente a melhoria da condição física (melhoria da capacidade de rendimento geral), melhoria da qualidade de vida, redução do risco de doença coronária, redução do risco de desenvolver hipertensão, descida dos valores da hipertensão arterial (através da prática de actividades prolongadas), controlo/redução do peso corporal pela estimulação do consumo calórico, redução do risco de morte prematura, redução do risco de morte por doença cardíaca, aumento da resistência à fadiga, diminuição das insónias, melhoria na postura e equilíbrio.

Para além dos benefícios atrás descritos, a prática de actividade motora tem um papel importante em termos psicológicos, nomeadamente no aumento da auto-estima, na redução dos níveis de ansiedade e eventuais sentimentos depressivos e no aumento da sensação de bem-estar.

Segundo Chaves (2004), vários são os factores que incidem na procura da prática desportiva, tendo apontados os seguintes:

REVISÃO DA LITERATURA

- Gerais: a necessidade de uma maior relação social, o auto-conhecimento, a auto-afirmação, o experimentar novas actividades e sensações.
- Específicos: prevenção para a saúde, manutenção e melhoria da condição física, procura na actividade física de novos valores sociais e sexuais que imperam na sociedade actual (beleza, desenvolvimento corporal, etc), necessidade de relaxação e recuperação das tensões acumuladas durante o trabalho.

2.2. Evolução e Tendências Actuais das Práticas Desportivas

Não só pelo avanço das estruturas sociais, que integram o desporto, as práticas desportivas sofreram um enorme impulso no início do século XX a que não será alheia a implementação dos Jogos Olímpicos da era moderna.

Efectivamente, verificou-se, no decorrer do século passado, uma verdadeira simbiose entre o desporto e outros sectores da sociedade nos vários domínios, fossem eles políticos, de saúde, espectáculo, publicidade ou comunicação social. O aumento dos tempos livres, a melhoria dos níveis de vida, a facilidade de transportes, a proliferação de instalações desportivas, o grande apoio de governos e autarquias, os patrocínios, permitiram a extraordinária expansão do Desporto durante o século XX.

A prática desportiva constituiu-se como um habito cultural, o que significa dizer que ela só se efectiva, se na sociedade existirem valores que a defendam, que lhes dêem importância, e se as pessoas aderirem a esses mesmos valores.

Se na primeira metade do século XX a cultura física valorizava a procura dos melhores níveis de performance, dirigindo-se para a competição, quer em termos organizacionais, quer em termos dos próprios praticantes, na segunda metade do mesmo século assistiu-se ao aparecimento de novos conceitos. Estes defendem uma cultura física mais abrangente, generalizada a todos os escalões etários, em que os principais objectivos se prendem com a ocupação de tempos livres e a construção de estilos de vida saudáveis. Tratava-se do movimento desporto para todos.

A crise da sociedade industrial e o advento de novos valores que valorizam o lazer e o tempo livre como espaço importante para a realização humana, surgidos na segunda metade do século XX, vieram reforçar o interesse no espaço social das práticas

REVISÃO DA LITERATURA

desportivas. No campo do desporto, surgem iniciativas que criticam a faceta de rendimento privilegiando o desporto para todos, ou a democratização do desporto.

Estas novas ideias aparecem nos países mais industrializados, promovendo a ideia de proporcionar a todos os cidadãos a oportunidade de prática desportiva com benefícios daí emergentes. Destes benefícios destacam-se a qualidade de vida associada à condição física e saúde pública, proporcionadas pela prática regular do desporto. Assim perspectivava-se que a prática desportiva regular contribuiria para a recuperação da fadiga do trabalho, o aumento da produtividade e a diminuição dos gastos públicos com a saúde.

Ainda que o desporto tenha sido consagrado na Constituição Portuguesa como um direito do cidadão, não se registaram as políticas verificadas nos restantes países, e que, e mercê dos valores de cultura física dominantes e dos condicionalismos que a sociedade portuguesa apresenta, os hábitos desportivos da população portuguesa situam-se a níveis bastante baixos, quando comparados com os verificados nos restantes países da União Europeias.

Vem a propósito citar Constantino (1999) “A suposta modernização desportiva do nosso país, em termos de construção de infra-estruturas, necessita de medidas de alcance público, que levem em linha de conta as transformações sociais operadas na sociedade portuguesa, as quais criaram novas necessidades e diferentes graus de exigência”. Com base em estudos de Mariovet (2001), Portugal continua, apesar dos progressos alcançados, a ser um dos países europeus com a taxa mais baixa de praticantes desportivos.

2.3. A Oferta e Procura Desportiva

2.3.1. Oferta Desportiva

A oferta desportiva existente numa região é um grande indicador da sua situação desportiva. Existem diferenças de várias ordens entre municípios, com origem directa na localização geográfica e grandeza geral das diversas regiões ou concelhos do país. Esta é uma realidade incontornável que importa assinalar, por exemplo “as barreiras ao

REVISÃO DA LITERATURA

desenvolvimento em Trás-os-Montes e Alto Douro são diversas e o Desenvolvimento Desportivo como parte integrante desse desenvolvimento é naturalmente prejudicado...” (Serôdio, 1998). Segundo o mesmo autor, “os problemas demográficos estão na primeira linha. A tendência de fuga dos residentes para o litoral ou para os aglomerados populacionais mais importantes, tem agravado o problema da desertificação humana em muitos locais do interior”; “O diminuto investimento por parte das entidades públicas centrais nestas regiões tem, por seu lado, agravado esta tendência” e “Os indicadores económicos são, naturalmente, mais uma barreira...que torna os clubes dependentes das entidades públicas”, concluindo indutivamente que “Com os “factores de desenvolvimento desportivo” de tal forma debilitados, é difícil desenvolver o desporto nas regiões do interior”.

Segundo Cunha (1997b), ter direito ao desporto não é suficiente, é necessário que as condições materiais existentes se traduzam na aplicação desse direito e que possibilitem o seu exercício.

A oferta desportiva de determinada região depende de vários factores, dos quais destacamos a existência de condições materiais e a dinâmica estrutural e relacional das entidades que lhe estão associadas. Segundo Pires (1993a), a oferta desportiva disponível para as nossas populações é a que é oferecida pelos sistemas educativo, desportivo, empresarial e autárquico.

Na planificação dos serviços desportivos devem ser tidos em conta vários critérios, tendo presente a necessidade/direito que todos têm de praticar desporto. Neste sentido, consideramos que a oferta desportiva de uma qualquer zona ou região não pode ser totalmente entregue às leis do mercado e livre iniciativa. Consideramos que uma área de grande importância como esta obriga a existência de sistema regulador e de avaliação geral que garanta à oferta desportiva ser suficientemente diversificada, capaz e estar ao alcance de todos.

2.3.1.1. Infra-estruturas Desportivas

As infra-estruturas desportivas assumem um papel de dupla importância na concretização do desígnio geral de desenvolvimento desportivo, uma vez que, podem

REVISÃO DA LITERATURA

constituir só por si uma parcela da oferta desportiva de uma região e são imprescindíveis na concretização dos serviços desportivos puros.

A Lei de Bases do Sistema Desportivo, determina a necessidade do governo e as autarquias locais desenvolverem uma política integrada de instalações e equipamentos desportivos, definida com base em critérios de equilibrada inserção ambiental e em coerência com o integral e harmonioso desenvolvimento desportivo.

A Carta Europeia do Desporto, refere que, “Como a prática do desporto depende, em parte, do número, da diversidade das instalações e da sua acessibilidade, cabe aos poderes públicos fazer a sua implementação global, tendo em conta as exigências nacionais, regionais e locais, assim como as instalações públicas, privadas e comerciais já existentes”.

A existência de infra-estruturas desportivas assume-se fundamental, com vista a tornar efectivas as condições para o desenvolvimento desportivo de um concelho, tornando-se importante analisar a situação actual e apurar as razões de eventuais desajustes.

Relativamente aos maiores responsáveis pela edificação do parque desportivo (poder Central e Local), identificados claramente na legislação, os especialistas e a investigação produzida atribuem às Autarquias em detrimento do poder Central o maior contributo na resolução deste problema. Esta situação deve ser considerada especialmente ou particularmente relevante se atendermos às diferenças consideráveis ao nível da dotação financeira de ambos. Pereira (1998) refere que o investimento público em desporto, da responsabilidade conjunta das autarquias, atingiu valores paralelos aos da Administração Central.

2.3.1.2. Autarquias

As autarquias assumem um papel de grande relevância como promotores da oferta desportiva de um concelho, tanto na criação de condições infra-estruturais como, mais recentemente, na prestação directa de serviços desportivos.

Embora não sendo polémica a importância das autarquias no processo de desenvolvimento desportivo é consideravelmente polémico o posicionamento destas no

REVISÃO DA LITERATURA

amplo espaço de intervenção que constitui o desporto, sobretudo como agente promotor e ou colaborador na promoção de serviços de desporto.

Segundo Constantino (1990), não basta à autarquia criar condições e formas de acesso para que as respectivas populações tenham onde e como praticar desporto. É indispensável garantir uma adequada qualidade no exercício dessa prática.

2.3.1.3. Privadas sem fins lucrativos

O associativismo desportivo, enquadra legitimamente e até legalmente o conjunto de entidades que contribuem para a definição geral do pacote da oferta desportiva de qualquer concelho. Contudo, este conjunto de agentes apresenta uma grande heterogeneidade relativa às suas características próprias, facto que constitui um factor de dificuldade na análise geral às suas limitações, problemas e enquadramento específico no fenómeno desportivo e conseqüentemente na definição dos parâmetros de intervenção e acompanhamento de que necessitam.

Relativamente à importância, assim como às limitações e problemáticas relacionadas com o associativismo desportivo, Portugal dispõe de grande experiência neste sector, não obstante um trajecto bastante sinuoso nos apoios e importância que lhes tem sido conferida. De acordo com Dias (2002), “O Movimento Associativo, em geral, e as organizações desportivas já não são o que eram há uns anos. Evoluíram, modificaram e carecem de outras necessidades, de outras formas de estar, e por isso de reconhecimento e apoios.”

3.2. Procura Desportiva

O estudo da procura no caso particular da prática das actividades físicas e desportivas assume um papel de dupla importância, atendendo a que a par dos imperativos de rendibilização das actividades, esta área de serviços constitui uma obrigação do estado, do poder político e da sociedade determinada por lei.

A importância e os benefícios da prática de actividades desportivas aliadas à legislação existente para este sector constituem por si só os imperativos para a construção

REVISÃO DA LITERATURA

ponderada dos diversos programas de oferta desportiva. A questão central da definição destes programas e consequente dinâmica de modernização e adequação à realidade prende-se com a análise cuidadosa da procura, uma vez que só considerando estes dados serão conseguidos níveis de eficácia aceitáveis e as próprias actividades tornar-se-ão rentáveis ou menos onerosas.

De que interessa ter um programa de oferta desportiva, com muitas actividades, com óptimas condições, inúmeras horas de actividade, preços acessíveis, bons técnicos, etc, se este não corresponder às expectativas da população alvo para quem o programa foi construído?

A diversidade do fenómeno desportivo cresce consideravelmente ao longo do tempo, logo a necessidade de analisar o consumo e a procura assumem fundamental importância, com vista ao cumprimento do desígnio social de “ que o desporto deve chegar a todos e a cada um, pelo que não advoga a mesma oferta para todos, não pretende que todos consumam o mesmo desporto, independentemente da natureza distinta do caso e da situação de cada um” Bento, (1991: 245).

O justificado e necessário desenvolvimento desportivo, a participação de todos os vectores da sociedade, liderados pelo claro envolvimento das autarquias, justifica-se com base no dever das entidades responsáveis promoverem um plano global capaz de satisfazer a procura de determinada zona geográfica, como forma de responder aos desejos de fruição desportiva de cada um, e assim contribuir inequivocamente na maximização dos níveis de qualidade de vida das populações.

De acordo com Marivoet (1998: 66) “as políticas dos Municípios terão que ser conduzidas de uma forma esclarecida e que, independentemente dos discursos produzidos à volta das mesmas e dos orçamentos afectos ao desporto, há que ter presente que só um investimento articulado e adequado à procura poderá produzir um verdadeiro desenvolvimento desportivo”.

A procura desportiva mudou. Parece tratar-se de um facto simples e aceite por todos os que consomem serviços desportivos e também por todas as entidades com responsabilidades, mais ou menos directas no processo de desenvolvimento desportivo, no entanto os reflexos na organização social e institucional do desporto tardam a aparecer ou pelo menos a fazer-se sentir.

A evolução dos contornos gerais da prática de actividades desportivas é uma realidade sobre a qual Pires (1990) define as principais linhas de rumo de forma bastante simples e sistemática, que devemos considerar por entendermos que a característica base de cada uma das épocas determina globalmente a tendência geral da procura desportiva. Segundo o autor, ao período de massificação acéfala da prática desportiva, onde o desporto assumia o mesmo espírito, os mesmos critérios e os mesmos objectivos de trabalho (anos 60), sucedeu o período da qualidade (década de 70). Já não bastava fazer, era necessário fazer bem. Os anos 80 foram os da variedade, com práticas dirigidas a segmentos específicos da sociedade, com necessidades e sentimentos diferenciados e os anos 90, os da novidade, com o aparecimento de novas formas de ver e entender o desporto.

2.4. O Desporto no Contexto Autárquico

O Desporto para todos ou a democratização do Desporto, entendido como mais e melhores condições de acesso à prática do desporto por parte dos cidadãos, permanece como a questão central de uma adequada política de desenvolvimento desportivo.

Neste particular, cito Constantino (1997): “Têm sido as autarquias as entidades públicas que mais têm apostado na democratização da prática do desporto. O país desportivo é hoje diferente e deve-o em larga medida à sua acção política. Ainda na mesma linha de raciocínio, cito T. Homem (2002) “É neste contexto, que as estratégias e as políticas desportivas das autarquias têm de levar em consideração todos os factores de desenvolvimento desportivo e atender às diferentes áreas de prática desportiva, seja na vida formal, informal ou não formal. A reivindicação de um espaço próprio para a recreação e para a competição, para os homens e para as mulheres, para os jovens e para os idosos, no quadro do associativismo desportivo ou no desporto adaptado merecem da parte dos municípios uma intervenção cada vez mais cuidada e estruturada”.

Citando Constantino (1997) “ O papel das autarquias continua reforçado e terá uma importância fulcral no futuro, desde que se assumam como entidades propiciadoras e estimuladoras do aumento da oferta de condições que permitam à generalidade dos cidadãos o acesso a formas qualificadas de prática desportiva”

REVISÃO DA LITERATURA

Ainda segundo o mesmo autor, “o trabalho autárquico deverá centralizar-se mais nos cidadãos e menos no espectáculo desportivo, mais no desporto ao alcance de todos e menos no desporto para alguns praticarem e outros assistirem”.

O desporto é uma realidade social que cruza as mais diversificadas áreas das actividades humanas, quer elas sejam de cariz profissional, educacional, recreacional ou relativas à saúde das populações. Neste sentido, as autarquias, enquanto pólos de desenvolvimento económico e social, acabam por ter uma responsabilidade acrescida em todo este processo. No entanto, esta responsabilidade não é, para a grande maioria delas uma experiência nova, já que a têm vindo a exercer ao longo dos últimos anos e reforçada através de um processo permanente com vista à configuração do desporto do futuro, equilibrando os excessos em matéria de rendimento tão do apetite do Estado Central por um lado, e em matéria de espectáculo tão do apetite do mercado, por outro,

Hoje existe uma maior consciência de que as autarquias não podem ser meras estruturas repetidoras, a nível local, das políticas, muitas vezes questionáveis, desenvolvidas a nível nacional. As autarquias têm como vocação e missão a responsabilidade de uma visão macroscópica do sistema desportivo local.

O desafio que se coloca às autarquias é o de conseguirem que as suas populações adquiram um estilo de vida activo onde o exercício e o desporto sejam considerados como meio de valorização individual e colectiva, assumindo assim, um papel de grande relevância como promotores da oferta desportiva da região, tanto na criação da infra-estrutura como na prestação directa do serviço desportivo, estabelecendo o equilíbrio entre parceiros públicos e privados com ou sem fins lucrativos, individuais ou colectivos.

De facto, não podemos deixar de estar de acordo, quando verificamos que, em termos gerais, o associativismo desportivo enferma ainda de várias anomalias, dentre as quais podemos destacar a excessiva dependência dos dinheiros públicos, excessivos gastos em gestão e construção de infra-estruturas inadequadas que, associados a outros factores como o envelhecimento da população, as dificuldades em acolher jovens que não estão motivados para o rendimento, a exclusão dos menos aptos fisicamente, configuram uma lógica segregadora, sinónimo de incapacidade de adaptação aos novos tempos e em nada condizente com o desenvolvimento desportivo que os novos desafios pretendem ver respondidos.

REVISÃO DA LITERATURA

No entanto, muito se tem feito e as autarquias constituem um enorme pólo dinamizador do fenómeno desportivo baseado precisamente nas instalações já ao serviço das populações. As infra-estruturas desportivas são um factor decisivo no desenvolvimento da prática da actividade física e desportiva.

Como já foi referido, o baixo índice de participação desportiva dos portugueses, exige uma urgente tomada de medidas, concertadas e conducentes, em primeiro lugar, ao aumento significativo do índice de participação desportiva. Do nosso ponto de vista, a opção passará inequivocamente pela generalização da prática desportiva e de actividades físicas e este objectivo só será atingido através da acção das Autarquias Locais. No entanto, não bastam as competências, são necessários recursos com destaque para os financeiros. Por outras palavras no imediato é necessários dotar as Autarquias Locais com mais verbas para o desporto. Conforme refere Constantino (1980), “se é verdade que o desenvolvimento desportivo não passa em exclusivo pela intervenção das Autarquias, não é menos verdade dizer que sem a sua acção não há desenvolvimento desportivo”.

Estando em jogo o aumento do número de praticantes, os principais motivos de preocupações das autarquias deverão ser os relacionados com a criação de mais e melhores condições de acesso e de prática de desporto. Povill (1993), refere que, “o município deve desenvolver entre as suas competências, a adequada promoção desportiva entre os seus cidadãos para assegurar uma melhor qualidade de vida, uma população mais sã e cobrir de uma forma eficaz o tempo livre da população”.

Um aspecto que nos é claro, situa-se no pressuposto errado de que a estratégia de desenvolvimento desportivo de um município passa apenas pela dinamização dos clubes e associações desportivas, como acontece ainda em muitas autarquias.

Segundo Sarmento (1997), o sistema desportivo Português há muitos anos que navega à deriva, ao sabor dos ventos e marés sem uma afirmação definitiva do rumo que pretende, alternando entre uma aposta na livre iniciativa do movimento associativo e a escola, ou por outro lado e mais recentemente, apostado no poder autárquico. Na opinião deste autor, além da indefinição do sistema desportivo e como consequência desse facto, verificam-se problemas de direcionalidade relacionados com a missão das diversas entidades envolvidas na “navegação”.

REVISÃO DA LITERATURA

Considerando as críticas apresentadas e a opinião imutável dos autores que continuam a defender a acção desenvolvida e a desenvolver pelas autarquias, importa atender à linha de rumo a definir.

Só um profundo conhecimento da realidade desportiva poderá permitir às autarquias a elaboração de uma correcta política desportiva, política esta que deve reflectir preocupações ao nível da oferta aos diversos segmentos de cidadãos. As autarquias locais, para além do papel de entidades indutoras da prática desportiva podem, também assumir o papel de reguladores do sistema desportivo local (Constantino e Pereira, 2001).